

OS DIREITOS HUMANOS E A DIVERSIDADE COMO PILARES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE PSICOLOGIA, DIREITO E ADMINISTRAÇÃO

Márcia Skibick Araújo¹
Herlon Ponte Vasconcelos²
Reginaldo Rodrigues Ponte Júnior³
Sidney do Nascimento Soares⁴

Resumo: Este artigo é o resultado de um estudo sobre “Direitos Humanos e Diversidade como pilares das atividades complementares dos cursos de Psicologia, Administração e Direito” da Faculdade Luciano Feijão. O estudo aponta caminhos que nortearão a implementação de projetos que envolvam as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de proporcionar investigações transversais e integrativas entre os cursos. Para consolidar a proposta foi realizado uma pesquisa de campo junto a possíveis áreas, setores e parceiros que se identificaram com a temática. Ao final, aqui se apresentam, também, as ações concretas a serem assumidas pela instituição e parceiros.

Palavras-chave: *Atividades complementares. Direitos humanos. Diversidade. Direito. Psicologia. Administração.*

INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho é a busca do fortalecimento dos laços e abrir caminhos para docentes e discentes, possibilitando uma prática vivencial sobre a situação acadêmica e profissional dos mesmos, através da estruturação das Atividades Complementares (AC). Atividades que hoje se fazem de extrema necessidade devido à urgência do aluno experimentar a teoria fora de sala de aula. São atividades que viabilizam uma aproximação das raízes e das asas que levam o indivíduo a crescer e a constituir-se como fazedores do seu dia-a-dia, estabelecendo uma relação permanente e duradoura entre a ciência e a consciência, entre o saber acadêmico e o saber popular.

Na relação entre universidade e sociedade, segundo Serrano (2008), “os atores não trocarão de papéis ou perderão sua identidade, mas devem gerar mudanças, transcender, assim a Universidade que vai não será a mesma que volta, a comunidade que vai também não será a mesma que volta”, se realizará uma troca de saberes. Neste sentido, em 1998, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

¹ Doutora pela Universidade Autônoma de Barcelona e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: marciaskibick@hotmail.com.

² Bolsista de Extensão. E-mail: herlon.vas@hotmail.com.

³ Bolsista de Extensão. E-mail: juniorponte@hotmail.com.

⁴ Bolsista de Extensão. E-mail: sidneymeruoca@hotmail.com.

elaboraram o Plano Nacional de Extensão Universitária, e projetaram uma universidade fundada em três funções primordiais e estratégicas para o seu futuro. São elas: 1) Função Acadêmica- fundamentada em bases teórico-metodológicas; 2) Função Social- de promover a organização social e a construção da cidadania; e a 3) Função Articuladora – do saber e do fazer e da universidade com a sociedade.

Na observância das funções acadêmica, social e articuladora na extensão universitária, a presente proposta pretende estruturar as AC adotando estas mesmas perspectivas. De natureza acadêmica a AC deve se estender a um propósito social, no sentido de aproximação com a realidade e necessidades da sociedade contemporânea, como também ser articuladora desse processo fazendo com que o aluno entre em contato com outros profissionais, outras áreas e outros locais de práticas e conhecimento.

É com a perspectiva de constituir um trabalho calcado no desejo de construir processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos que este estudo almeja possibilitar que o ensino superior chegue a contribuir na realização de pesquisas e estudos bem como na elaboração políticas públicas em defesa dos Direitos Humanos e da Diversidade. Que o universo do saber também coopere na realização de planos de convivência baseado no respeito, na tolerância e na solidariedade, através dos docentes e discentes junto à sociedade. Tal pretensão somente será possível a partir do desenvolvimento de um trabalho que implique relações multi e interdisciplinares entre o científico e o popular, popularizando o científico e cientificando o popular.

Nesse sentido fica evidente que esse processo passa pela a estruturação de uma educação comprometida com a sociedade e pela formação de profissionais conscientes, solidários e que consigam garantir o respeito a todos os seres humanos independente de suas diferenças. Concluímos assim que a universidade deve fazer a sua parte contribuindo para a formação de jovens que exerçam as suas profissões em base a esses preceitos. Segundo Coimbra (2000, p.146),

É no nível das práticas cotidianas, micropolíticas, que podem estar as respostas para tais impasses. É através da reinvenção de novas maneiras de ser, de estar, de sentir e de viver neste mundo que poderemos fortalecer e expandir novas práticas, novos movimentos para contra-atacar as políticas tradicionais, afirmando os direitos humanos como direitos de todos, em especial dos miseráveis de hoje. E, dentro desse quadro, como ficamos nós, psicólogos, os profissionais da subjetividade humana?

Aprendemos teorias, leis e conceitos sobre as diferentes formas de funcionar o nosso psiquismo, no entanto como articular este conhecimento com a prática de forma a garantir um indivíduo saudável, possuidor de uma vida digna e com liberdade de “ser”. Com vocação par “ser mais”, segundo Freire, esse é o homem que queremos construir, com direitos e deveres, na diversidade, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição, sem discriminação ou preconceito. A “discriminação designa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos” (RIOS, 2007, p.27). Compreender e desconstruir esses conceitos humanizará mais a ciência e proporcionará a edificação de uma cultura de paz e convívio, ou seja, uma educação fundada na equidade que “significa igualdade de oportunidades para todos poderem desenvolver suas potencialidades.” (GADOTTI, 1992, p. 21). Assim sendo, o curso de psicologia que tem como base o aprofundamento na subjetividade e no entendimento do psiquismo humano, o curso de direito que fundamenta a justiça e o curso de administração que gerencia o capital e o trabalho, são candidatos inevitáveis a participarem na construção de um mundo mais humano, plural e diverso, formando sujeitos que contribuam eficazmente na garantia e promoção dos direitos e deveres humanos e assegurando a formação de profissionais comprometidos eticamente em viabilizar uma sociedade mais humana e solidária.

PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

Entendendo a Psicologia como o campo do saber que estuda a subjetividade, que segundo MARTINS (2013) é um sistema de sentidos construído afetivamente e socialmente pelas experiências de vida. É então de suma importância a interação entre a Psicologia e os temas de Direitos Humanos e Diversidade, visto que, com essa interação será possível formar profissionais conscientes e comprometidos com a temática.

Segundo ROSATO (2011) para a Psicologia, o tema dos Direitos Humanos pode parecer uma obviedade, visto que, diversos campos de atuação da Psicologia incidem em questões relativas ao mesmo. No entanto, contraditoriamente pode haver um

distanciamento do discurso dos Direitos Humanos, já que a temática sempre foi tratada no universo do Direito. Ainda segundo ROSATO:

os Direitos Humanos constituem-se como o conjunto de conquistas resultante de uma luta coletiva de diversos atores sociais por uma cultura de respeito aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. (ROSATO, p.19, 2011).

Dando continuidade à reflexão sobre os Direitos Humanos, será inevitável a interligação com a questão da Diversidade, visto que tais direitos abrangem todos os aspectos referentes ao ser humano, seja econômico, sexual, étnico, religioso, social ou cultural. Para uma construção de uma subjetividade eticamente comprometida com os Direitos Humanos é imprescindível a intervenção desde a educação, ou seja, na formação do Psicólogo. Segundo MARTINS (2013) a educação é uma das condições fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos no processo de humanização, é necessário então uma formação do Psicólogo inseparável dessas temáticas, para ROSATO existe:

A necessidade dos Direitos Humanos, cada vez mais, integrem a formação, a ação profissional da Psicologia, para fortalecer e qualificar o pensar teórico e a práxis psicológica. Essa nova perspectiva de análise e compreensão do ser humano, baseada no diálogo entre a Psicologia e os Direitos Humanos, é fundamental para se construir uma sociedade menos injusta e que tenha como princípio norteador o respeito à dignidade humana. (ROSATO, p.26. 2011).

É necessário também destacar que com o objetivo de incentivar reflexões acerca das questões dos Direitos Humanos a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi criada em 7 de agosto de 1997. A partir de 1998, foram criadas as Comissões de Direitos Humanos nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) que entre seus diversos dispositivos busca investigar a violação dos direitos dos sujeitos em vulnerabilidade, principalmente relativos à negação do direito dos modos singular de existência de cada sujeito, ou seja, a própria Diversidade humana. Cabe então a Psicologia assim como as diversas formações manter não apenas o discurso dos Direitos Humanos e Diversidade, mas agir e construir sujeitos de acordo com esse discurso igualitário, pois como define MARTINS (2013) toda ação verdadeiramente humana pressupõe uma

transformação consciente da realidade natural ou social, o homem é práxis, logo seu discurso não pode ser separado de seu agir.

DA RELEVÂNCIA DA EXTENSÃO FOCADA EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PARA O CURSO DE DIREITO

Há duas fronteiras históricas para a questão dos Direitos Humanos e da Diversidade que cabem referência aqui. Primeiramente, o destaque da fixação da liberdade e da igualdade nos Artigos I e II da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Em segundo, a Constituição Federal de 1988, que traz, no art. 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República. No art. 3º, incisos I e IV, são fixados os objetivos, nos quais se promove e se estabelece uma sociedade livre, justa e solidária, bem como todas as pessoas são postas em um mesmo nível: institui-se a igualdade. Alguns destes valores foram reforçados pelo art. 5º da carta constitucional, isso demonstra a relevância de tais temas. A Constituição traz através da forma mais imponente possível na hierarquia das normas – pela categoria dos direitos fundamentais - os valores de igualdade e liberdade.

A visualização dos direitos humanos frente aos olhos societários é condicionada por fatores históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, motivo pelo qual necessária é a constante luta em prol da conscientização geral (MBAYA, 97).

Pelo Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, da ONU, as Instituições de Ensino Superior têm a tarefa de contribuir na formação dos cidadãos hábeis a participar de uma sociedade livre e tolerante. E a Extensão nesta temática pode ser o auxílio dado na formação de um acadêmico de Direito.

Atualmente a Extensão representa, sumariamente, a troca de saberes entre a academia e a sociedade civil. Constando em um processo de aprendizagem dúplice, no qual a troca de saberes é favorável a ambas as partes. A educação em Direitos Humanos é, essencialmente, a criação de uma cultura

de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2000).

Na mesma obra, o autor, reconhecido jurista, fixa os pontos que representam premissas para a tal educação em Direitos Humanos ser alavancada, que são: “a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção”.

Assim mesmo com forte legislação girando em torno da proteção aos direitos humanos e à diversidade, permanecem problemas na aceitação desta pelas pessoas. Bem como são constantes as violações dos direitos humanos.

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE COMO PREMISSAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O presente trabalho trata dos direitos humanos como tema transversal a ser assumido pelas empresas de Sobral, a fim de escolher a melhor solução para o desenvolvimento de gestão dos recursos humanos das organizações. O estudo embasado na busca de uma interligação do setor empresarial com o setor acadêmico através da Faculdade Luciano Feijão busca a interação dos mesmos. Segundo CARBOGNIN:

Os temas de justiça e direitos humanos têm enorme repercussão para o mundo das empresas, apesar de pouco discutidos. No ambiente de livre circulação de informação em que vivemos, denúncias de assédio sexual podem trazer sérias repercussões tanto para a imagem externa da empresa quanto para o ambiente organizacional. (p.21, 2012):

A norma internacional ISO 26000 (2010):

Recomenda que as organizações respeite os direitos humanos e reconheça tanto sua importância como sua universalidade sobre direitos humanos respeitando e, sempre que possível, promovendo os direitos previstos na Carta Internacional dos Direitos Humanos; e em situações em que os direitos humanos não estejam protegidos, tome medidas para respeitar os direitos humanos e evite tirar vantagens dessas situações; e quando a legislação ou sua implementação não prevejam proteção adequada aos direitos humanos, siga o princípio de respeito pelas normas internacionais de comportamento.

A garantia dos direitos humanos dentro das empresas é consequência da convivência do dia-a-dia dos funcionários, da hierarquia, de como as leis trabalhistas são interpretadas, da cultura da empresa e da gestão.

Por mais que uma empresa procure rigorosamente cumprir a legislação trabalhista, a sensação de bem-estar dos empregados depende também de

aspectos associados ao campo cultural e às práticas informais de relacionamento humano no âmbito das organizações, aspectos que as empresas nem sempre estão preparadas para considerar detidamente em suas estratégias organizacionais. (CARBOGNIN, p.31 2012).

Diante do fato de que a avaliação dos recursos humanos numa empresa faz enxergar os pontos negativos que pode repercutir de maneira externa e acabar prejudicando a imagem da empresa junto a seus colaboradores e junto à sociedade na qual está inserida, se faz necessário um olhar especial para o assunto.

Com esse intuito, as visitas ao RH das empresas proporcionarão dados estatísticos e qualitativos do perfil dos indivíduos da empresa, para um agir de maneira a conscientizar os profissionais da empresa e trazê-los junto às reflexões acadêmicas.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir da abordagem qualitativa e de caráter descritivo, amparado na pesquisa bibliográfica e de campo. O estudo foi sistematizado a partir da utilização de material publicado em livros, documentos, relatórios, revistas e redes eletrônicas, objetivando consolidar o entendimento e o desenvolvimento dos conceitos pertinentes à estruturação das Atividades Complementares da Faculdade Luciano Feijão.

A pesquisa se centrou em categorias que identificará modelos, estruturas, formas e tipologias de AC que podem ser desenvolvidas nos cursos de psicologia, administração e direito, tais como: atividades internas (publicação, seminários, palestras, grupos de estudo, observatórios, etc); atividades de extensão (congressos, seminários, eventos culturais, simpósios, etc.); atividades de organização e promoção de convivência comunitária (serviços, pesquisa, assessorias, cursos, oficinas, etc).

A pesquisa por referências bibliográficas foi realizada para identificar necessidades e motivação de novas AC, conceitos básicos, parceiros, promotores e incentivadores de atividades que complementem a formação do aluno e ampliem o seu campo de investigação e aprendizagem. Também foram levantados dados a partir da pesquisa de campo, verificando possíveis parcerias e locais de atuações na execução das atividades complementares.

A coleta e sistematização dos dados foram realizadas no período de setembro de 2013 a novembro de 2013. As atividades planejadas foram organizadas de modo a atender

às necessidades da Faculdade Luciano Feijão interligando ações, cursos e parcerias. O levantamento das AC foi realizado a partir das seguintes categorias:

- Sociedade Civil – sob a responsabilidade do curso de Psicologia
- Setor Público – sob a responsabilidade do curso de Direito
- Setor Privado – sob a responsabilidade do curso de Administração

Cada categoria se constituiu da seguinte forma:

- Atividades específicas de cada curso
- Atividades parceiras entre cursos
- Atividades globais

Cada atividade se estruturou a partir do tripé do conhecimento universal:

- Ensino
- Pesquisa
- Extensão

RESULTADOS

A seguir serão apresentadas todas as ações pensadas e ordenadas pelos cursos de Psicologia, Direito e Administração, a serem adotadas pela Faculdade Luciano Feijão e parceiros, de forma a concretizar o proposto por esta investigação.

- **CASA DOS CONSELHOS E AÇÕES MULTIPROFISSIONAIS**

Em ação direta com os diversos conselhos, como por exemplo, o conselho dos idosos, a Faculdade Luciano Feijão, através dos cursos de Direito e Psicologia com serviços diretos poderá atuar com ações jurídicas através do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) estudando e solucionando casos de quebra dos Direitos Humanos dos sujeitos representados. Já no âmbito da Psicologia seriam focados grupos temáticos facilitando a ampliação das potencialidades dos sujeitos e fortalecendo a subjetividade dos indivíduos.

- **DELEGACIA DA MULHER: UM COMBATE À VIOLÊNCIA**

Em conjunto, Direito e Psicologia buscariam ações diretas neste ambiente, principalmente no nível de estágio para estudantes de Psicologia, que poderiam trabalhar com os sujeitos em estado de vulnerabilidade, no caso, não se limitando apenas a vítimas em questão, mas buscando entender o contexto ao qual se apresenta o ocorrido. Com isso poder-se-ia traçar o perfil das motivações agressoras, como a exemplo o alcoolismo, propiciando um panorama do município de Sobral, podendo os estudantes atuar na prevenção e promoção à saúde nas comunidades com maior incidência de casos relativos a essa quebra de direitos.

- **TRANSVERSALIDADES DISCIPLINARES**

Abrangendo os três cursos da instituição, a transversalidade disciplinar procura que nos discursos disciplinas sejam ministradas para aproximar cada curso dos conceitos de Direitos Humanos e Diversidade, podendo seguir um calendário temático onde a cada mês seria escolhido uma dimensão específica dos Direitos Humanos ou da Diversidade a onde os docentes em suas aulas trariam a discussão para sala, buscando, além do ensino acadêmico, fortalecer o compromisso social dos estudantes e a conscientização.

- **PRESÍDIO: UM OLHAR PARA CÁRCERE FEMININO**

O curso de Administração e Psicologia poderá efetivar ações inovadoras para com as detentas do Presídio, visto que as ações de vigiar e punir não são efetivas para a inclusão dos sujeitos que estão em conflito com a lei. No caso a Administração poderá oferecer cursos profissionalizantes e a Psicologia atuará a nível situacional e grupal através da técnica do Círculo de Cultura de Paulo Freire, traçando o perfil destas mulheres e facilitando processos psicossociais.

- **CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) E ASSOCIAÇÃO DE PAI E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE): AÇÕES COM A INFÂNCIA**

Tendo em vista que no Município de Sobral o atendimento infantil é oferecido em um dia na semana pelo CAPS – Geral, ou seja, não possui o CAPS – I que seria o local de melhor intervenção para o público em questão, a Faculdade Luciano Feijão ofereceria auxílio dos estudantes em conjunto com um professor orientador de ações com as crianças. No entanto o foco do curso não seria criar grupos no CAPS, mas agir com os grupos existentes, fortalecendo o processo terapêutico com os profissionais atuantes e buscando uma proximidade com a instituição governamental, que é extremamente rica para a atuação psicológica. Com a APAE o foco de ação seria o mesmo descrito para o CAPS, com o uma supervisão na área de educação especial e psicodiagnóstico infantil.

- **CÍRCULO DE CULTURA, CENTRAL ÚNICA DE FAVELAS (CUFA)**

Nessa ação a Faculdade Luciano Feijão buscaria com a Psicologia uma atuação educacional e de reconhecimento do perfil do jovem periférico. Será feito uma aproximação entre a Faculdade e a Organização não governamental CUFA visando à atuação com os jovens pertencentes aos seus projetos. Inicialmente tem-se como base a metodologia do Círculo de Cultura de Paulo Freire ou mesmo a técnica de Roda de Conversa, onde será possível conhecer esses jovens, entender seu contexto, suas normas, afetos e como este se coloca perante o mundo, promovendo o processo de ensino e aprendizagem com o debate sobre questões centrais do cotidiano como trabalho, cidadania, liberdade, felicidade, valores éticos, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros. A psicologia poderá trabalhar a subjetividade desses jovens buscando medidas educacionais. Além das ações serem de grande valia para a comunidade é também um aprimoramento acadêmico para os graduandos em Psicologia da Faculdade Luciano Feijão.

- **PSICOLOGIA E JOVENS EM CONFLITOS COM A LEI**

A Faculdade Luciano Feijão então atuaria em conjunto com os estudantes que já cursaram as disciplinas de Avaliação Psicológica I e II e Psicologia Jurídica em conjunto com um professor orientador, utilizando-se de instrumentos para a confirmação de laudos dos jovens em conflito com a lei, além de poder traçar o perfil destes jovens buscando entender o contexto social, cultural e econômico no qual esses jovens estão inseridos, podendo então buscar entender quais as situações que expõem esses jovens aos conflitos.

- **LABORATÓRIO DE ESTUDOS DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE**

O Laboratório buscaria dar viabilidade às diversas atividades sobre a temática, desenvolvidas na Faculdade e fora dela, possibilitando o intercâmbio do saber entre os cursos de Psicologia, Direito e Administração, e agindo efetivamente nos três pilares (Ensino, Pesquisa e Extensão). Esta atividade garantiria não apenas benefícios aos estudantes, mas à comunidade que será uma dos principais campos de atuação dos Laboratórios de Estudos.

- **EXECUÇÃO FISCAL: ATUAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL E RENOVAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL – UM DIREITO CIDADÃO**

A proposta consta na direção da criação de um Convênio entre a Faculdade e a Prefeitura Municipal de Sobral, para que haja um estágio jurídico para atuar na cobrança prévia ao processo judicial, dentre outros casos. Em caso de já existente o vínculo, que se inclua no Termo de Compromisso do Estágio a tarefa aqui descrita.

O outro prisma é da criação de outro Convênio de Estágio junto ao Curso de Administração da FLF, para a seleção de estagiários que atuariam na forma que a Prefeitura Municipal indicasse, mas direcionados na renovação do cadastro dos imóveis municipais, atualmente deficitário.

- **CONCURSO DE ARTIGOS**

A realização de Concursos de Artigos buscará oferecer aos acadêmicos uma oportunidade para apresentação e debate de pesquisas científicas no campo dos Direitos Humanos. Favorecendo, assim, a troca de informações, a produção científica, a conscientização, o aprofundamento no tema dos direitos humanos e da diversidade.

- **CINEMA HUMANITÁRIO**

A crescente demanda em prol da chamada interdisciplinaridade e os seus impactos sobre o ensino, criam necessidades para novas formas de aprendizagem. O enfoque desta proposta é a análise – através de encontros periódicos - dos diversos filmes do acervo

nacional e mundial, onde existem assuntos que nos fazem pensar, repensar e analisar o cotidiano da sociedade nas suas diversas interações sociais e em diversas épocas de olhos voltados aos direitos humanos e à diversidade.

- **CONSCIENTIZAÇÃO QUANTO À POTENCIALIDADE LESIVA E OS CUIDADOS COM O LIXO ELETRÔNICO**

É direito do homem ter um meio ambiente autossustentável e sadio, segundo o art. 225 da Constituição Federal. Interligado com os direitos humanos, a proposta seria de que a Faculdade Luciano Feijão atuaria buscando a conscientização societária do caráter danoso do lixo eletrônico, quando é descartado de forma indevida.

- **MINICURSO SOBRE NOVOS DIREITOS**

Uma análise dos “Novos Direitos” (BOBBIO, 1992) traz o lado moderno dos direitos humanos. Aqui, em suma, a ideia gira em torno da organização de um minicurso para análise do tema. Cabendo, também, a criação de bancas de professores, para seleção de pesquisas a serem apresentadas na modalidade pôster quando da ocasião do evento.

- **DIREITO À MEMÓRIA: DO AUTORITARISMO À REDEMOCRATIZAÇÃO**

A proposta se embasa na criação de um Encontro para debate sobre a memória autoritarista brasileira, analisando os percalços dos direitos humanos na história do país e fazendo valer as diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

- **CALENDÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS**

O Calendário dos Direitos Humanos é organizado com o apoio do Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos. Consiste na eleição de um tema para cada mês do ano, que representará a luta em defesa dos Direitos Humanos. A proposta gira em torno do convite aos grupos sociais interessados, para que os mesmos, com o apoio institucional, trouxessem aspectos relevantes daquele objetivo fixado no calendário. Ao mesmo tempo

criar a possibilidade de promover espaços temáticos, mesas redondas, relato de experiências, expressões artísticas e culturais.

- **ENCONTROS DE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE EM SOBRAL**

A proposta gira em torno da organização do I Encontro de Direitos Humanos de Sobral, estruturado em cima de vivências, mesas redondas, palestras e rodas de conversas. Convidando a palestrantes de renome local, regional e nacional. Podendo figurar, ainda, como o ponto culminante da mostra de toda a produção do ano pela faculdade, e pela instituições participantes, referentes aos direitos humanos e diversidade.

- **DIREITOS HUMANOS: PERFIL SOCIAL NAS EMPRESAS**

Esta proposta seria a de desenvolver através do núcleo de Direitos Humanos da Faculdade Luciano Feijão, um Projeto de Pesquisa sobre Gênero ou Violência Doméstica, junto às empresas e organizações de Sobral com o intuito de descobrimento o perfil das colaboradoras e conhecer através destas pesquisas o que as mesmas passam com relação ao tema, como fim de estruturar um programa protetivo e preventivo. A pesquisa também poderia tratar de saber se as colaboradoras são conhecedoras dos direitos humanos com relação a casos de discriminações; racismo; assédio; agressões, trabalho escravo entre outros e de como proceder frente a estas situações.

- **CICLO DE CONFERÊNCIAS NAS EMPRESAS**

Este ciclo tem como objetivo conscientizar as empresas sobre as questões de direitos humanos e diversidade. Por esse motivo é de extrema importância conhecer o trabalho desta sobre a temática abordada. A ideia é propor às organizações uma série de conferencias, sobre diversos temas ministrados por alunos e professores da Faculdade Luciano Feijão. O objetivo é proporcionar um diálogo, empresa-faculdade, trabalho-ensino, onde academia e gestores irão debater sobre as responsabilidades das empresas junto aos direitos humanos, sobre direitos e deveres do cidadão e sobre a negligência e descaso com o tema por parte da sociedade em geral, buscando assim, levar estudantes e profissionais a

trabalhar com um olhar diferente e adquirir consciência através de práticas pessoais e profissionais.

- ENCONTRO DE RH COM A FACULDADE LUCIANO FEIJÃO

O encontro de RH com a Faculdade Luciano Feijão trata-se do aprimoramento acadêmico através da busca de profissionais das empresas de Sobral, do setor de RH, com o fim de realizar palestras, debates, mesas redondas e seminários. Através desses encontros saber como atuam as empresas ou organizações frente aos temas ligados as questões de direitos humanos, diversidade e trabalho. O encontro desses profissionais com os alunos levaria ao compartilhamento de conhecimentos: tanto a empresa aprenderia com os conhecimentos teóricos dos cursos da Faculdade como os alunos e professores aprenderiam com o conhecimento prático das empresas. Outro objetivo seria a tentativa de aproximar a consultoria da empresa Jr. do Curso de Administração com o intuito de pesquisar junto às empresas que facilitariam as visitas para investigações acadêmicas.

- LABORATÓRIO DE ESTUDO DDHD

O laboratório de estudo nas diferentes dimensões sobre a temática dos direitos humanos visa a criação de grupos de estudos nas áreas de Administração, Direito e Psicologia, sob a justificativa de que o estudo em grupo provoca debates e aprofundamento. Para que haja a formação desses grupos será necessária à organização e divulgação dos objetivos, metas e projetos de estudos em redes sociais e visitas nas salas de aulas, ou seja, campanhas socioeducativas com o intuito de atrair acadêmicos para debater no âmbito da política de direitos humanos, sua adequação e aperfeiçoamento objetivando a melhoria do desempenho da sociedade sobralense.

CONCLUSÃO

Ao finalizarmos este trabalho concluímos que a importância das *Atividades Complementares* está em desenvolver uma visão ética, coletiva, humanista, crítica e reflexiva do aluno. Atividades que se firmam a partir do entendimento da vivência da *Diversidade* despertando o interesse de alunos e professores para temas sociais, culturais e

tecnológicos como também estimulando a integração da prática e da teoria no mundo do conhecimento científico entre os distintos campos e atores.

Concluimos também, o fundamental que é aprofundar no entrelaçamento entre a ciência, a sociedade, os *Direitos Humanos e a Cidadania* na construção da subjetividade do sujeito e do coletivo. Formar profissionais que muito podem influenciar e transformar, que trabalhando junto aos diferentes setores, governamentais, não governamentais, comunidades ou grupos, através da participação em projetos e ações, podem sensibilizar e desenvolver a solidariedade junto aos mesmos. Para os cursos de Psicologia, Direito e Administração da Faculdade Luciano Feijão deverá ser meta permanente a busca de um conhecimento consciente e comprometido na construção de um mundo melhor, digno e justo para todos.

REFERÊNCIAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR ISO/FDIS 26000/2010 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro, ABNT, 2010.

BENEVIDES, M. V. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? In: *Seminário de Educação em Direitos Humanos*, São Paulo, 18/02/2000. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em: 21 de set, 2013.

BRASIL. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, Natal/RN, 8 de maio de 1998.

CARBOGNIN, Daniela V. TORRES, Haroldo G. O Tema de Direitos Humanos nas Empresas. In: *Revista Interesse Nacional*. Vol.5, ed.19, out-dez, 2012. Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/artigos/>. Acesso em: 25 out, 2013.

COIMBRA, Cecília M. B. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. Trabalho apresentado na mesa redonda “Psicologia e Direitos Humanos”, no *Simpósio Nacional “Psicologia Política no Brasil”*, realizado na PUC/SP, em 19 de Maio de 2000.

COMISSAO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS/CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/2a_Edixo_relatorio_inspecao_VERSxO_FINAL.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2013.

CUNHA, Guilherme L. Rh e Direitos Humanos: na mesma direção. In: *Revista Canal RH*. Ed. 59, Ago, 2007. Disponível em: http://www.canalrh.com.br/revista/revista_online.asp. Acesso em 27 out, 2013.

GADOTTI, Moacir. *Diversidade Cultural e Educação para Todos*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1992.

MARTINS, Lígia Márcia. *Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade*. Disponível em: http://www.umcpes.com.br/centraldoaluno/arquivos/16_09_2011_134/Ensino_pesquisa_extensao_como_fun

[damento metodologico da construcao do conhecimento na universidade.pdf](#). Acesso em: 27 de outubro de 2013.

MBAYA, E.-R. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. Traduzido por Gilberto Pinheiro Passos. In: *Estudos Avançados*, vol.11 no.30 São Paulo Mai/Ago. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 21 de set, 2013.

RIOS, Roger Raupp. O Conceito de Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In POCAHY, Fernando (org.). *Rompendo o Silêncio, Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Nuances, 2007.

ROSATO, Cássia Maria. Psicologia e Direitos Humanos: Curso e percursos. In: *Revista de Psicologia*. São Paulo, volume 20, n.1. 2011.

SERRANO, R. M. S. M. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf >. Acesso em: julho 2013.